

PESQUISANDO OS GRUPOS DOMINANTES: NOTAS DE PESQUISA SOBRE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

Ana Maria F. Almeida
Marília Moschkovich
Karen Polaz

RESUMO

Esse artigo oferece uma reflexão sobre a dificuldade de se obter acesso às informações relevantes para estudos sobre os grupos dominantes. Baseando-se em experiências concretas de pesquisa, discutimos duas questões: (i) o caráter fechado e protegido de ambientes como a escola privada e o clube, espaços fundamentais de socialização das crianças dessa parcela da população e (ii) a apresentação de si em bancos de dados alimentados por informações prestadas voluntariamente, como é o caso da Plataforma Lattes.

PALAVRAS-CHAVE

Elites. Trabalho de campo. Metodologia de pesquisa. Etnografia. Banco de dados.

ABSTRACT

This article reflects on the difficulties of obtaining relevant information for the study of dominant groups. Drawing on the authors' research experiences, we discuss (i) the closed and protected character of the private schools and social clubs, and (ii) the presentation of self in databases fed by voluntarily provided data as it is the case of the Brazilian *Plataforma Lattes*.

KEYWORDS

Elites. Fieldwork. Research methodology. Ethnography. Databases. Brazil.

1 Introdução

Nas sociedades industrializadas contemporâneas, membros dos grupos dominantes detêm uma alta proporção dos recursos que todos contribuem para produzir. Vários deles retêm também a capacidade de controlar, pelo menos em parte, o fluxo desses recursos entre diferentes indivíduos ou grupos de indivíduos. Estudar os grupos dominantes significa, portanto, indagar sobre os processos que lhes permitem ocupar os lugares sociais de onde podem desempenhar esses papéis. Em outras palavras, significa indagar sobre processos de diferenciação e hierarquização, assim como sobre sua permanência e transformação ao longo do tempo.

Algumas questões são centrais nos estudos que se debruçam sobre essas camadas sociais: como se chega a uma posição dominante? Como se permanece nela? Que percepções e práticas são características dos ocupantes das posições dominantes? Como eles as desenvolvem? Estudos sobre os processos de socialização a que os membros desses grupos estiveram expostos podem ajudar a respondê-las. Tais estudos têm como objetivo descrever e analisar os processos de acumulação dos recursos necessários para garantir ou facilitar a entrada e/ou a permanência nas posições de poder e/ou comando, dando densidade analítica às noções de origem e trajetória sociais.

Menos lembradas, no entanto, são as operações de pesquisa necessárias para se obter as informações que tornam possíveis tais estudos e as dificuldades associadas a este trabalho. Entre as exceções, encontram-se as reflexões produzidas, por exemplo, por Sherry Ortner (2011) sobre as dificuldades de se penetrar no círculo fechado dos produtores de cinema e Michel Pinçon e

Monique Pinçon-Charlot, que debruçaram-se em diferentes ocasiões (2005, 2007) sobre os obstáculos enfrentados ao longo da pesquisa que desenvolveram sobre os modos de vida da alta burguesia francesa. Eles discutiram principalmente aqueles derivados do acesso aos indivíduos e da relação entre pesquisadores e entrevistados (também tratados por LE WITA, 1998) e das dificuldades de acesso a informações sobre renda e posses. Esta última questão é especialmente relevante no Brasil, como mostrou Marcelo Medeiros (2005, p. 105), onde parte dos dados sobre pagamento de tributos “é fortemente protegida por restrições de confidencialidade” mais excessivas do que outras informações administrativas e onde “o tamanho reduzido da população rica” faz com que as pesquisas amostrais domiciliares não reúnam um número adequado de casos. Como resultado, a pesquisa artesanal, baseada num pequeno número de casos e apoiada em entrevistas, observações e outros documentos, torna-se a estratégica.

Entre os autores brasileiros que se aventuraram nessa área e escreveram sobre suas experiências, encontra-se Maria Alice Nogueira (2002), que discute as dificuldades de acesso a famílias membro das elites econômicas para estudar as estratégias educativas que desenvolvem ao longo da trajetória escolar de seus filhos, e Diana Lima (2008) que, estudando os segmentos da elite carioca denominados na imprensa como “emergentes”, documentou a dificuldade em penetrar no circuito fechado das festas e recepções para desenvolver observações que permitissem melhor decifrar os meandros dos modos de vida desses grupos.

Nós acreditamos que compartilhar essas experiências é essencial se quisermos avançar com essa área de estudos. Não apenas isso pode contribuir para acelerar os pro-

cessos de formação de jovens pesquisadores nas artimanhas do trabalho de campo, evitando a repetição de erros muitas vezes experimentados, mas também porque pode nos ajudar a pleitear coletivamente o aprimoramento de fontes, estatísticas ou não, que, por se limitar a servir à razão burocrática ou aos interesses de alguns grupos, deixam de ser úteis para o avanço do conhecimento em áreas centrais para o entendimento do funcionamento da sociedade brasileira, como é o caso aqui tratado.

Nós apresentamos aqui uma reflexão sobre as dificuldades particulares da produção de dados para o estudo desses grupos, a partir de experiências concretas de pesquisas realizadas pelas autoras. Por um lado, discutimos aquelas dificuldades que resultam do caráter controlado e reservado dos espaços onde se desenvolvem os processos de socialização das crianças oriundas dos grupos privilegiados. Isso cria empecilhos concretos para o desenvolvimento de pesquisas de inspiração etnográfica nesses espaços porque (i) complica a possibilidade de desenvolvimento de observação participante mesmo que num curto espaço de tempo e (ii) diminui as chances de se entrevistar indivíduos que participam de interações que a observação permitiu considerar como determinantes. Isso é tanto mais danoso quando força a pesquisa sobre os processos de socialização a recorrer exclusivamente a entrevistas. Definidas sem apoio num conhecimento sólido das interações, estas acabam sendo realizadas a partir ou de uma concepção externalista do processo de socialização, isto é, a partir das concepções do próprio pesquisador ou de estudos realizados com outros grupos em outros momen-

tos e outros lugares ou das representações desse processo pelos próprios envolvidos.

Por outro lado, discutimos as dificuldades associadas ao uso da Plataforma Lattes de currículos, que consideramos uma fonte inestimável para o estudo desse setor importante das elites intelectuais, os professores universitários, em função tanto do tipo, quanto do volume de informações ali reunidas. Como será visto mais à frente, as informações acumuladas na Plataforma Lattes são pertinentes para o estudo da socialização profissional, do *networking* e do desenvolvimento de carreiras. Ela oferece uma perspectiva sincrônica da carreira dos professores e pesquisadores de diferentes áreas, mas permite também uma exploração diacrônica de suas trajetórias profissionais. No entanto, algumas das suas características dificultam e mesmo impedem a sua utilização. Entre essas se encontram as inconsistências no preenchimento do formulário que alimenta a base de dados. Embora nossa discussão seja limitada à Plataforma Lattes, acreditamos que ela possa ser útil para problematizar o uso de outras fontes de acesso público que têm sido usadas para o estudo das elites como é o caso, por exemplo, dos dicionários biográficos (CONNIFF, 2006) no Brasil, catálogos como o Who's Who (SAINT MARTIN, 1993) e relatórios de empresas (BALL, 2011) em outros países¹.

2 Etnografia dos processos de socialização dos grupos dominantes

Os usos do tempo pelas crianças é um grande revelador da estrutura e qualidade dos processos de socialização a que estas são submetidas. As crianças das famí-

1. Ver em Braga e Nicolás (2006) uma discussão sobre as informações disponíveis na web para o estudo das elites parlamentares brasileiras.

lias mais privilegiadas que vivem nas grandes cidades brasileiras geralmente ocupam o seu dia em atividades formativas e de lazer. Para aquelas que se encontram em idade escolar, isso significa que, embora as famílias tenham grande controle sobre o tipo de atividade que as crianças desenvolvem, estas passam a maior parte do tempo em que estão acordadas fora de casa. Nesse período, elas estão sob o cuidado de outros adultos que não são membros de suas famílias e enquadrados por organizações diversas, que não o grupo de parentesco.

Num dia normal, estas crianças passam toda a manhã ou toda a tarde na escola. No outro período, quando não estão na escola, elas desenvolvem diferentes atividades, que podemos classificar como “educação suplementar” ou, como aparece no discurso de seus professores “atividades extra-curriculares”. Trata-se aqui de cursos de língua estrangeira, geralmente o inglês, e pelo menos uma atividade física, que pode ser um esporte, uma arte marcial, uma dança, essa última principalmente para o caso das meninas. Essa rotina funciona tanto para as crianças menores quanto para os adolescentes, mesmo quando esses já se encontram no ensino médio.

Para essa população, escola significa escola privada. Curso de língua estrangeira significa frequentar uma hora de aula duas vezes por semana nos cursos livres oferecidos por organizações diversas, como é o caso da Cultura Inglesa, o sistema de centros culturais Brasil-Estados Unidos, a Aliança Francesa, etc. Para um subconjunto dessa população, as atividades de educação suplementar ou extra-curriculares são desenvolvidas no espaço reservado do clube. Algumas famílias fazem um uso tão intenso do clube que algumas crianças chegam a passar aí mais tempo do que na escola, incluindo,

entre as atividades que desenvolvem, mesmo o curso de língua estrangeira, entre outros. Como a etnografia pode servir para compreender a maneira como a estrutura social modula as experiências quotidianas dos indivíduos (LAREAU, 2011), não é preciso muito esforço para demonstrar a importância de se ter acesso ao espaço da escola privada e do clube se pretendemos discutir os modos de vida e os padrões de interação desses grupos.

Tanto a escola privada quanto o clube são espaços de socialização onde se aprende as competências, habilidades e sensibilidades necessárias para a ocupação das posições dominantes. Tanto uma como o outro são também espaços de sociabilidade, onde as pessoas se encontram e tecem relações mais ou menos duráveis. Matricular o filho ou filha numa escola privada específica, assim como se associar a um clube determinado, significa emitir uma mensagem sobre o autor da ação, sinalizando um status particular. Por isso, tais decisões devem ser consideradas como parte das estratégias de construção de fronteiras sociais. Os muros da escola privada, assim como os muros do clube, são dispositivos que afirmam uma separação. Eles indicam que quem está dentro está entre iguais. Quem está fora é o outro.

Isso, é claro, tem efeitos sobre a negociação da presença do pesquisador nesses espaços. Não precisamos lembrar que esta negociação é tensa e angustiante mesmo quando a pesquisa vai se desenvolver no ambiente menos controlado da rua. Parte da tensão e da angústia deriva do fato de que há muito do futuro da pesquisa em jogo nesse momento. Por um lado, negocia-se a aceitação do grupo à presença do pesquisador, condição para que a pesquisa possa ou não ser realizada. Por outro lado, negocia-se a identidade do pesquisador, isto é, a maneira como

ele será percebido pelos indivíduos envolvidos. A maneira como esta identidade é definida pode facilitar ou complicar o acesso a informantes-chave (WHYTE, 1981). Ainda mais importante do que isso, no entanto, ela define a possibilidade de se estabelecer ou não relações de confiança com uns e outros (MACLEOD, 1995).

Tudo isso está em jogo também no caso das pesquisas desenvolvidas nas escolas privadas e no clube. No entanto, a negociação da entrada em campo traz aí dificuldades específicas adicionais que, tomadas como objeto de reflexão, permitem uma melhor compreensão das relações sociais que ali se desenvolvem e o melhor planejamento da pesquisa. Um primeiro problema deriva do fato de que se trata aí de ambientes protegidos. A entrada depende de uma autorização formal, a ser fornecida por alguém que detém autoridade para tal. Tentar estabelecer o lugar da autoridade ou a pessoa que a detém é uma tarefa sempre complicada, como já mostrou Norbert Elias (2001). No espaço da escola privada, essa dificuldade é real, embora, como em outros casos, não muito evidente.

Nossas experiências mostraram, por exemplo, que nenhum diretor das escolas privadas contatados para autorizar a realização de uma pesquisa sobre a preparação das elites escolares (ALMEIDA, 2009) se sente à vontade para decidir sozinho se aceita ou não a presença de pesquisadores. Acreditamos que há pelo menos duas razões para isso. A primeira delas parece decorrer da vulnerabilidade das escolas à concorrência acirrada do mercado escolar. Nesse mercado, informação é fundamental e as escolas investem um volume não desprezível de tempo construindo uma imagem que possa falar à imaginação das famílias que querem como clientes. Ora, os diretores de escolas privadas que atendem os grupos dominan-

tes são, eles próprios, bastante familiarizados com a lógica da pesquisa científica, seja por sua formação (que em vários casos envolve a realização de mestrados e doutorados), seja por sua própria atividade profissional cotidiana (que envolve a consulta regular a resultados de pesquisas publicados em periódicos ou livros especializados). É compreensível que eles só estejam dispostos a aceitar serem tomados como objeto de estudo apenas em circunstâncias muito particulares. Em especial, mesmo quando simpáticos ao projeto, a autorização só é dada se houver alguma garantia de que os resultados não vão prejudicar a reputação da escola. Isso é mais verdade para as escolas que dominam o mercado, já que elas têm mais a perder com a difusão não controlada de informações que lhes concernem.

Há ainda outra dificuldade que se torna mais visível com a etnografia já em andamento. As escolas privadas são lugares de relações intensas e de fortes contradições. Elas não sobrevivem sem as famílias que pagam suas custosas mensalidades, mas elas precisam estabelecer alguma autonomia com relação às famílias se querem obter o seu respeito. Esse aparente paradoxo se explica pelo fato de que a maioria das famílias só está de fato disposta a pagar as altas mensalidades se estiver convencida que a escola “vale a pena”. Para valer a pena, a escola deve estar em condições de exercer algum poder coercitivo sobre as crianças e sobre as próprias famílias, de forma a que essas “façam a sua parte”. Isso significa, para as crianças, estudar para as provas, acatar as diretrizes de seus professores, relacionar-se de forma aceitável com seus colegas, etc. Para os pais, isso significa apoiar a aprendizagem das crianças conforme instruído pela escola comprando livros, financiando viagens e passeios, além de, quan-

do necessário, contratando professores particulares. A relação entre as escolas e os pais funciona a partir de uma delegação desses últimos do que poderíamos chamar de a “autoridade pedagógica”, seguindo Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970). Para que a relação entre as escolas privadas e os pais funcione bem, esta delegação deve ser quase absoluta e não deve ser objeto de questionamentos constantes ou muito profundos. Em suma, ela exige que a família aceite o veredicto da escola sobre os filhos ou filhas, mesmo quando tal veredicto atestar o eventual fracasso escolar destes.

Evidentemente isso não se dá sem tensões. A ansiedade dos pais quanto ao bom encaminhamento da educação dos filhos só é proporcional à ansiedade dos professores e da administração quanto ao acerto ou desacerto das decisões que tomam nos mais diferentes domínios da vida escolar. Embora boa parte da rotina escolar seja de fato apenas rotina, a nossa etnografia mostrou que a escola privada é um celeiro de grandes e pequenas crises, cada uma envolvendo uma proporção maior ou menor da sua população. Nesse contexto, as fofocas florescem e pequenos episódios como o enfrentamento entre uma criança e um professor ou uma queda no parquinho podem provocar ressentimentos e falatórios que ocupam muita gente por semanas e mesmo meses.

Apesar disso, nenhum dos lados tem interesse em explicitar essas dissensões e todos pensam ganhar ao sustentar a ideia de que cada escola é o encontro perfeito entre um grupo de famílias e um grupo de profissionais dispostos a oferecer exatamente a formação que as primeiras almejam. Entende-se, portanto, porque a presença de um pesquisador, mas principalmente um sociólogo, pode ser altamente inflamável num ambiente como esse.

Assim, tanto porque os diretores sabem das dificuldades de se controlar os resultados de um estudo, quanto porque pressentem o potencial disjuntivo da presença de um pesquisador no território da escola, obter uma autorização para a realização de tal estudo depende das indicações e das referências. Em outras palavras, ela depende da relação pessoal ou, mais particularmente, da confiança que uma relação pessoal avaliada pela segurança que só o pertencimento a toda uma rede de conhecimentos e interdependências vividas ao longo do tempo pode oferecer. Além disso, ela depende do uso que os diretores imaginam que o pesquisador fará de suas observações. Foi instrutivo notar, portanto, que um dos diretores contatados tomou como garantia do que chamou de “seriedade” e “confiabilidade” da proposta de pesquisa o fato dela ser desenvolvida numa faculdade de educação, por oposição a um departamento de sociologia. Nesses tempos em que a pesquisa nas faculdades de educação tem se enquadrado cada vez mais pela problemática sociológica, a pesquisadora não encontrou grandes dificuldades para provocar a discussão sobre a origem social dos alunos e suas famílias, assim como dos professores, nas diferentes entrevistas. É fácil, no entanto, imaginar outra situação em que esse enquadramento particular da pesquisadora se tornasse uma fonte constante de mal entendidos e incompreensões.

O caso do clube privado, por sua vez, apresenta outro tipo de dificuldades. Em primeiro lugar, a autoridade é mais difusa. Em segundo lugar, os espaços, assim como as relações são menos estruturados. Além disso, o clube não disputa um espaço no mercado com tanta agressividade como as escolas. Isso faz com que a chegada do pesquisador seja percebida com estra-

nheza, mas nem sempre com desconfiança. A principal dificuldade experimentada na nossa experiência foi localizar a autoridade que teria o poder para autorizar a realização da pesquisa interessada em compreender a contribuição do clube para o aprendizado das competências e disposições associadas às posições dominantes. As primeiras informações indicavam que tal pessoa seria o “coordenador de esportes”. Este acolheu a pesquisa e a apresentou para os professores das diferentes modalidades (tênis, basquete, natação, entre outros), como um estudo das “boas atividades extracurriculares” que eram desenvolvidas no clube. Esse contato foi instrumental para garantir a colaboração desses professores, mas não foi suficiente. Rapidamente ficou claro que sua autoridade não se estendia a todos os setores do clube. Ele não tinha autoridade, por exemplo, para permitir a observação das aulas de equitação. Para observar essas aulas, seria necessária a autorização do “diretor de hipismo”. Diferente do coordenador, funcionário regular empregado pelo clube, os diretores são sócios que prestam um serviço e detêm outro tipo de autoridade, muitas vezes constituída por uma dedicação de longo prazo ao setor e por uma notoriedade que se estende para além dos muros do clube. No caso em tela, a autorização foi concedida, mas outra dificuldade surgiu, inesperadamente, com relação à identificação da pesquisadora nas catracas que controlam o acesso ao clube.

Como é de se esperar de um ambiente que reúne pessoas de posse, há um rígido controle de entrada de pessoas no terreno do clube. O monitoramento por câmeras de segurança e as barreiras físicas e humanas são ostensivos. Não obstante, há vários tipos de pessoas que frequentam um clube de elite. Há, em primeiro lugar, evidente-

mente, os sócios, suas famílias e seus convidados. Em seguida, há várias categorias de não sócios: as babás e motoristas que acompanham, levam e trazem as crianças, a maioria dos professores das diferentes modalidades esportivas (alguns outros são sócios), os empregados que se ocupam da administração, dos jardins, da limpeza, da segurança do local, os prestadores de serviços que esporadicamente entram no clube para trabalhos diversos, seja para consertos e reparos mais complexos seja para preparar alguma festa ou evento. Para cada uma dessas categorias é concedida uma autorização especial. Formulários são preenchidos, documentos são apresentados e um “cadastro” é armazenado nos computadores. No caso dos sócios e dos empregados regulares da administração, uma carteira com faixa eletrônica que é reconhecida na catraca é emitida. Nos outros casos, as pessoas se identificam na portaria, apresentam um documento de identidade, seu cadastro é verificado e, se tudo correr bem, sua entrada é liberada.

Por razões óbvias, a pesquisadora que desenvolvia esse estudo não se encaixava em nenhuma categoria. Isso foi resolvido com a produção de um cadastro e de uma autorização para frequentar o clube em caráter especial, isto é, limitado. Isso significava que a pesquisadora deveria telefonar para a secretaria de hipismo a cada vez que pretendia ir ao clube, conversar com o único funcionário encarregado de liberar sua entrada – porque era o único que conhecia “o caso” –, solicitar a autorização temporária para entrar, esperar que esse funcionário ligasse para a portaria “liberando a entrada no dia e na hora desejada”. Embora ao final do ano em que desenvolveu a pesquisa outros funcionários já se dispusessem a autorizar sua entrada, esse protocolo co-

locou a pesquisadora numa posição bastante frágil durante quase todo o período em que se desenvolveu o trabalho de campo. Por exemplo, qualquer desencontro com o funcionário da secretaria encarregado de liberar a entrada poderia significar a impossibilidade de estar presente a algum evento ou encontro previamente agendado para a realização de uma entrevista. Várias vezes isso de fato ocorreu, gerando na pesquisadora a sensação de que ela não pertencia àquele lugar e que poderia ser expulsa a qualquer momento. Imobilizante como é de se imaginar, essa sensação não deixou de contribuir para objetivar o dispositivo de inclusão/exclusão social operado pelo clube.

Em termos da relação com os indivíduos presentes no clube, esse protocolo parece ter tido, por um lado, um efeito bastante positivo sobre as relações estabelecidas com os sócios do clube. Delegando para a secretaria do clube a tarefa de barrar os indesejáveis e acreditando, como uma das secretárias afirmou, que “eles não deixam entrar qualquer um”, os sócios viam com naturalidade a presença da pesquisadora nas diferentes atividades e aceitaram sem maiores dificuldades os seus pedidos de entrevista. Ao que parece, a difícil autorização para a entrada parece carregar consigo um selo de aprovação da pessoa. Resta entender porque essa autorização foi concedida. Para isso, acreditamos que as características pessoais da pesquisadora tenham desempenhado um papel importante. Tratava-se de uma pesquisadora jovem, do sexo feminino, e branca. Ajudou também o fato de que ela falava alemão e várias crianças sócias do clube estudavam num colégio alemão bastante conceituado da cidade. Tivemos indícios, além disso, de que suas credenciais profissionais, isto é, o fato de estar

ali em nome de uma universidade respeitada nesse meio, também contribuiu para que seu interesse em estudar o clube fosse considerado como legítimo e até, num certo sentido, honroso.

Por outro lado, esses mesmos atributos parecem ter dificultado o contato com uma população muito importante na vida das crianças que frequentavam o clube: as babás e os motoristas. Esses, em geral negros ou pardos, nunca se mostravam muito à vontade quando aproximados pela pesquisadora, seja para uma conversa informal, quanto esperavam o final de uma aula, seja para um pedido de entrevistas. Como resultado, embora a pesquisadora tenha podido assistir a muitas interações entre esses e as crianças, poucas entrevistas puderam ser feitas.

3 Plataforma Lattes: racionalidade burocrática e apresentação de si

A utilização dos documentos disponíveis na Plataforma Lattes como fonte de dados para pesquisa sobre elites acadêmicas gera outro tipo de dificuldades. A vantagem desse tipo de documento público e “pronto” tem sido considerada na literatura estrangeira principalmente pelo seu lado “não invasivo” (BALL, 2011). Trata-se de documentos já publicados e, em tese, disponíveis a quem desejar utilizá-los. No caso da Plataforma Lattes, sua existência pode poupar o pesquisador interessado de entrevistar cada um dos docentes para obter informações sobre suas carreiras ou desenvolver um questionário custoso e demorado. Sua existência pouparia, também a princípio, o desenvolvimento de um trabalho de campo específico em todas as instituições de ensino e pesquisa relevantes. Exatamente por sua importância potencial, os documentos da Plataforma Lattes

– e aqui tratamos em especial dos currículos Lattes – devem ser examinados e problematizados enquanto fonte de dados².

Como qualquer professor universitário ou pesquisador sabe, a Plataforma Lattes é uma ferramenta de administração da produção científica que se tornou central para as dinâmicas de avaliação, recrutamento e outras políticas de ciência e tecnologia brasileiras. A centralidade obtida por essa plataforma decorre em grande parte da decisão tomada pelo CNPq de tratá-la como formato único de apresentação de currículo nas chamadas públicas para distribuição de recursos para a pesquisa – seja em forma de bolsas, seja em forma de auxílios diversos. Para operacionalizar essa unificação, os currículos são produzidos a partir de um formulário padrão que deve orientar o preenchimento das informações consideradas relevantes para o processo de julgamento das solicitações de apoio ou, mais precisamente, de definição do valor da carreira desenvolvida pelo pleiteante.

Além das informações reunidas em currículos individuais, a plataforma reúne também informações sobre grupos de pesquisa e sobre as instituições de ensino e pesquisa. Essas informações também são consideradas de fornecimento obrigatório, caso o pesquisador ou a instituição pretenda ter acesso aos recursos distribuídos pela agência. Assim, por exemplo, a solicitação de auxílio encaminhada por um pesquisador determinado só é considerada habilitada se esse pesquisador estiver vinculado a algum grupo de pesquisa cadastrado na plataforma. Por sua vez, o cadastramento de cada grupo de pesquisa só pode ser realizado se a instituição de ensino e pesquisa que o abriga estiver, por sua vez, cadastrada ali.

Apesar de essa iniciativa ter gerado protestos quando lançada, ela foi progressivamente aceita e hoje é praticamente inconcebível que um pesquisador atuante se permita “estar fora” dessa base de dados, como qualquer consulta aos sites das universidades brasileiras pode confirmar.

No entanto, embora a Plataforma Lattes esteja sendo usada já há mais de dez anos como fonte de informações sobre o currículo dos pesquisadores e professores para o próprio CNPq, seu uso para efeitos de pesquisa não é muito simples. O acesso ao conjunto dos currículos dos professores de uma determinada instituição, por exemplo, só é franqueado mediante solicitação oficial à presidência da agência por parte dos reitores, exigindo-se inclusive uma exposição de motivos.

Para o pesquisador interessado em explorar as informações da base, o *site* disponibiliza algumas análises estatísticas já operadas. Na seção “Painel Lattes” é possível obter, por exemplo, as seguintes informações: *ranking* de instituições por número de currículos cadastrados na base; distribuição dos currículos por área do conhecimento, localização geográfica e instituição; distribuição dos pesquisadores por sexo, faixa etária, área do conhecimento e setor econômico; evolução da formação de mestres e doutores. Nesta seção encontram-se gráficos interativos que permitem ao pesquisador explorar os dados, embora não o permita escolher como cruzar as variáveis. Não é possível, por exemplo, observar variações na proporção de homens e mulheres em nenhuma das dimensões (região do país, área do conhecimento, etc.).

A alternativa mais adequada para se obter dados sobre o conjunto dos pesquisadores por meio do site é, portanto, a ferramen-

2. Ver em Coradini (no prelo) um exemplo de uso desses dados.

ta de busca de currículos individuais. Para isso insere-se num formulário um nome, uma palavra-chave ou algumas informações sobre currículos que se deseja buscar e obtém-se o(s) currículo(s) pertinentes. É possível, por exemplo, buscar somente doutores ou não doutores (mestres, estudantes, etc.), pesquisadores com um tipo de formação acadêmica específico, pesquisadores que dominam determinado idioma, etc. Não é possível, por outro lado, buscar currículos cadastrados pelo sexo declarado (masculino ou feminino), embora esta informação conste em praticamente todos os currículos. Diante disso, resta explorar manualmente as informações.

Na seção “Histórico” do site da Plataforma Lattes, menciona-se que os primeiros cadastros de currículos científicos no Brasil – que teriam originado o sistema Lattes – teriam tido como objetivos centrais facilitar a seleção de consultores e especialistas, produzir estatísticas sobre os pesquisadores no país e facilitar a avaliação curricular através de uma padronização (CONSELHO... 2011d). A busca de currículos e a forma como são cadastrados estão, portanto, ligadas uma à outra e, ambas, ligadas a concepções definidas tanto sobre o que é a carreira acadêmica quanto sobre o que deve ser e para que deve servir a própria base de dados disponível na Plataforma Lattes.

Enquanto documento, o currículo exibido traz informações para além dos dados objetivos que apresenta. A organização das informações disponíveis é significativa, como veremos adiante.

3.1 Os valores legítimos da carreira acadêmica segundo os currículos Lattes

No topo do documento em fonte grande figura o nome do docente. Essa informação

deve ser prestada com exatidão, pois serve para operacionalizar as diferentes medidas de impacto das suas publicações, o que é feito pela contagem simples do número de citações que cada trabalho publicado recebe.

Logo abaixo, caso o docente seja bolsista de produtividade do CNPq, consta esta informação e o tipo de bolsa recebida. Esta informação não é fornecida diretamente pelo professor ou pesquisador, mas inserida pela própria agência. Sua posição de proeminência parece indicar o valor atribuído a essas bolsas pela agência. Em seguida há um breve resumo da carreira ou da posição atual ocupada pelo docente. Isso pode ser um texto gerado automaticamente ou preparado pelo autor. Esse curto texto é uma espécie de cartão de visitas. Alguns professores e pesquisadores vão dar mais ênfase a suas publicações, outros às posições administrativas ocupadas, outros ainda ao serviço prestado a movimentos sociais. Uns vão tentar comunicar o peso da sua circulação internacional apontando suas publicações em periódicos estrangeiros, outros vão sublinhar consultorias prestadas a organismos transnacionais, como o Banco Mundial, a OPAS, entre muitos outros. Em suma, ele se constitui num instrumento interessante para o estudo dos princípios de legitimidade vigentes nos diferentes campos do conhecimento.

Com esse pequeno texto se encerra a parte “livre” do currículo. Todas as informações que aparecem a seguir são fornecidas mediante o preenchimento de um formulário que formata o currículo em termos muito próximos do modelo anglo-saxão. Embora extenso, este formulário tem um caráter limitado, pois define um conjunto finito de categorias de informações julgadas *a priori* como pertinentes para indicar o tipo de carreira desenvolvida até esse ponto pelo professor ou pesquisador. Entre essas es-

tão as informações sobre formação acadêmica e a titulação, acompanhadas por data e instituição de origem de cada título, o título da tese, quando for o caso, o orientador e a área de conhecimento, segundo a classificação de áreas do CNPq. Seguem-se a isso informações sobre formação complementar – outros cursos, palestras de formação e estágios dos quais o docente tenha participado. Abaixo deste quadro constam as informações sobre vínculos profissionais: instituições e órgãos onde o docente tenha trabalhado, tipo de vínculo, data de entrada e saída, da experiência mais recente para as mais antigas. Para cada experiência há a possibilidade de incluir maiores detalhes sobre as atividades desenvolvidas ali. No caso do trabalho em universidades, por exemplo, é frequente a descrição de disciplinas ministradas e trabalhos de pesquisa realizados, além da listagem dos cargos de administração ocupados.

É só então, após as informações que situam o docente em relação à estrutura institucional e administrativa, que o currículo Lattes traz informações sobre o trabalho propriamente “científico”. Um primeiro quadro situa o trabalho do autor em linhas de pesquisa cadastradas no sistema Lattes (e dá a opção de cadastrar uma nova linha de pesquisa durante o preenchimento do currículo). Em seguida, outra seção lista os projetos de pesquisa nos quais o docente trabalhou ao longo de sua vida profissional, dos mais recentes aos mais antigos. Essas duas seções revelam que o trabalho de pesquisa tal como expresso no formulário é visto como uma empresa coletiva e hierarquizada, na medida em que situa o docente em redes de colaboradores e na hierarquia de posições que ocupou no trabalho de pesquisa (coordenador, colaborador, integrante, etc) em cada projeto de pesquisa mencionado.

O item seguinte focaliza as atividades de gestão do trabalho científico, incluindo-se nesses casos a participação na gestão de periódicos, seja como membro do corpo editorial, seja como parecerista. A única informação que consta sobre estas atividades é a data em que elas foram realizadas (ou, se atuais, a partir de quando passaram a sê-lo), e os nomes dos periódicos.

Segue-se uma seção para informação sobre “área de atuação”, “idiomas” e, logo depois, um espaço para a listagem de “prêmios e títulos”, seguido pela seção dedicada à listagem da “produção em ciência, tecnologia e artes”, dividida em várias subseções. Por fim, as seções finais são dedicadas à “produção técnica” e às bancas.

Apesar da aparente objetividade do formulário, a tentativa de utilizar as informações contidas nos currículos depositados na Plataforma Lattes para estudar os padrões de carreira dos professores universitários brasileiros, esse setor importante das elites intelectuais, esbarra em uma dificuldade central que é a variação no sentido que os informantes, isto é, os próprios professores, dão a alguns itens. Assim, embora as informações que ali se encontram respondam aos itens de um formulário com opções pré-definidas e campos de preenchimento obrigatório, alguns autores dos currículos tomam algumas liberdades com as categorias pré-definidas.

Comparando apenas os professores de universidades públicas, por exemplo, foram encontradas variações em itens tão inesperados quanto a titulação, como acontece quando um professor utiliza a categoria “professor titular” para indicar que o estágio final da carreira de professor nas universidades públicas e outro o utiliza para indicar que é professor efetivo de uma instituição também pública. O item reservado

aos “prêmios e títulos” é também interpretado de várias maneiras. Assim, para além do que se considera normalmente como prêmio (nomeação num concurso com júri explicitamente constituído para tal), são por vezes considerados como prêmios a solicitação de recursos atendida por uma agência de pesquisa ou de ação cultural, assim como uma nota de leitura sobre livro publicado pelo autor do currículo numa revista não académica de grande circulação. Isso provavelmente indica a tentativa dos professores e pesquisadores de se adequar à raridade dos prêmios académicos distribuídos no Brasil, em oposição à profusão das premiações no mundo anglo-saxão, particularmente nos Estados Unidos. Isso indica também a força do formulário que, ao inserir essa categoria, parece induzir a sua valorização.

Essas variações alcançam sua intensidade máxima nos itens destinados à “produção em ciência, tecnologia e arte”. Embora o formulário traga subdivisões bastante precisas para a listagem dessa produção, as inconsistências são muito frequentes. Uma dessas consiste em inserir no item “artigos completos publicados em periódicos” uma proporção significativa de artigos publicados em jornais e revistas não académicos (para os quais há um item específico no formulário), assim como trabalhos diversos que não poderiam, nem com muita boa vontade, ser classificados como académicos.

Isso indica que, como qualquer fonte de pesquisa, os currículos reunidos na Plataforma Lattes devem ser objeto de um exame crítico e as informações ali contidas devem ser conferidas com outras obtidas em outras fontes. No entanto, vale a pena tentar compreender tais inconsistências. Depois de um esforço de sistematização dos problemas mais comumente encontrados, nós levantamos a hipótese de que a Plataforma

Lattes sofre os efeitos do sentido atribuído à sua gênese. Em particular, a centralidade que lhe foi atribuída nos processos de avaliação da carreira docente, seja para efeitos de acesso ao financiamento de pesquisa, seja para efeitos de recrutamento ou promoção faz com que o fornecimento de informações seja vivido muito mais como um exercício interessado de relações públicas e marketing pessoal (Ball, 2011). A padronização e a rigidez do instrumento não parecem ser suficientes para evitar sua utilização como suporte para uma narrativa pessoal, por meio da qual um número significativo de professores e pesquisadores procura apresentar carreiras idealizadas. No entanto, a lógica burocrática deixa sua assinatura: a narrativa produzida pelos professores e pesquisadores das universidades públicas faz pouco mais do que demonstrar a submissão desses aos princípios que a governam. Seja quando fazem aumentar artificialmente o número de “artigos completos publicados em periódicos” ou quando se declaram professores titulares quando ainda estão nos estágios iniciais da carreira, ou mesmo quando tratam como prêmios episódios menos estruturados de reconhecimento pelos pares ou por uma audiência ampliada, os professores e pesquisadores demonstram apenas o quanto estão sujeitos à lógica avaliadora imposta pelas agências de financiamento à pesquisa, expondo de maneira particularmente pungente princípios operatórios da relação que estabelecem com o próprio trabalho.

4 À guisa de conclusão

Refletimos nesse artigo sobre algumas dificuldades do acesso à informação em pesquisas sobre os grupos dominantes. Partindo de experiências concretas de pesquisa em

escolas privadas e em um clube onde se reúnem famílias de posse, discutimos as dificuldades de se negociar tanto o acesso a esses ambientes quanto a identidade das pesquisadoras diante do grupo a ser estudado.

Questões de autoridade, auto preservação do grupo, hierarquias têm um papel importante na definição dos obstáculos que se colocam para a realização de pesquisa nesses ambientes. Nós pretendemos mostrar, para, além disso, que tais obstáculos podem e devem ser vistos como reveladores de princípios e aspectos substantivos das interações que ali se estabelecem. Como tal, eles são elementos integrais do conjunto de informações que os pesquisadores buscam reunir.

Na segunda parte do artigo, apoiando-nos em pesquisa sobre os professores universitários que utilizou a Plataforma Lattes como fonte de dados, discutimos alguns obstáculos para a utilização dos currículos ali acumulados.

Nossa experiência mostrou, também nesse caso, que uma reflexão substantiva sobre as inconsistências encontradas nos currículos pode ser uma ferramenta importante de recenseamento do modo de pensar dos professores e pesquisadores universitários, assim como um revelador das relações que estabelecem com as diferentes dimensões de suas carreiras (administração, produção científica, entre outros) e com os princípios de definição do valor da carreira implementados por uma das principais agências de financiamento do país.

Esperamos que essa reflexão, necessariamente incompleta e parcial, possa contribuir para fazer avançar a reflexão sobre a relação entre instrumentos de pesquisa e os seus resultados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria F. *A Escola dos Dirigentes Paulistas: ensino médio, vestibular, posição social*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

BALL, M., Images, language and number in company reports: A study of documents that are occasioned by a legal requirement for financial disclosure, *Qualitative Research*, n. 11, p. 115-136, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Editions de Minuit, 1970.

BRAGA, Sérgio Soares; NICOLÁS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, Jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

CONNIFF, Michael. A elite nacional. In: HEINZ, F. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CONSELHO Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *A Plataforma Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2011a.

CONSELHO Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Perguntas mais frequentes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2011b.

CONSELHO Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Extração de dados*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2011c.

CONSELHO Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Histórico*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2011d.

CORADINI, Odaci Luiz. Os professores do ensino superior como posição social: segmentação interna e relações com os centros internacionais. In: CANEDO, Letícia; GARCIA, Afranio; TOMIZAKI, Kimi. **A formação das elites brasileiras: estratégias educativas e globalização**. São Paulo: Hucitec. (No prelo).

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LAREAU, Annette. **Unequal Childhoods: class, race and family life**. Berkeley: University of California Press, 2001.

LE WITA, Béatrix. **Ni vue, ni connue: approche ethnographique de la culture bourgeoise**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1998.

LIMA, Diana N. O. **Sujeitos e objetos do sucesso: antropologia do Brasil emergente**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MACLEOD, Jay. **Ain't No Makin' It: aspirations and attainment in a Low-Income Neighborhood**. Boulder: Westview Press, 1995.

MEDEIROS, Marcelo. O estudo dos ricos no Brasil. **Econômica**, v. 7, n. 1, p. 99-128, 2005.

NADER, L. Controlling Processes: Tracing the Dynamic Components of Power: Sidney W. Mintz Lecture for 1995. **Current Anthropology**, v. 38, n. 5, p. 711-737, 1997.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Elites econômicas e escolarização: um estudo de trajetórias e estratégias escolares junto a um grupo de famílias de empresários de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2002.

ORTNER, Sherry B. Access: Reflections on studying up in Hollywood. **Ethnography**, v. 11, n. 2, p. 211-233, 2010.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Voyage en grande bourgeoisie**. Paris: Presses universitaires de France, 2005.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. Sociologia da alta burguesia. **Sociologias**, v. 9, n. 18, p. 22-37, 2007.

SAINT MARTIN, Monique. **L'espace de la noblesse**. Paris: Métailié, 1993.

WHYTE, William Foote. **Street Corner Society**. 3 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

NOTA SOBRE AS AUTORAS

Ana Maria Fonseca de Almeida é professora livre-docente da Faculdade de Educação da UNICAMP e co-coordenadora do Focus (Grupo de Estudos sobre Instituição Escolar e Organizações Familiares) na Faculdade de Educação da Unicamp. É bolsista de produtividade do CNPq. Suas pesquisas focalizam as relações entre educação e desigualdade, com ênfase nos processos de transmissão intergeracional das desigualdades sociais.

Marília Barbara Fernandes Garcia Moschkovich é Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Unicamp e mestranda em Educação no Focus (Grupo de Estudos sobre Instituição Escolar e Organizações Familiares) na Faculdade de Educação da mesma universidade. Pesquisa relações de gênero na trajetória profissional de acadêmicos brasileiros.

Karen Polaz é Bacharel em Ciências Sociais pela UNICAMP e mestranda em Educação no Focus (Grupo de Estudos sobre Instituição Escolar e Organizações Familiares) na Faculdade de Educação da mesma universidade. Pesquisa no campo da sociologia da educação, com enfoque especial no estudo das elites e desigualdades sociais.

Recebido em: 20.12.11

Aprovado em: 23.03.12